

Direitos Humanos, Globalização e Constituição. Vínculos Feitos, Desfeitos e Refeitos.

Jose Luis Bolzan de Moraes**

...Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer para aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro.
A gente quer inteiro e não pela metade”
(Comida, Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sergio Brito)

Sumário

- I – Considerações Iniciais
- II – Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e Globalização
 - 2.1. Direitos Humanos: ponto de vista tradicional
 - 2.2. Estado Democrático de Direito: o caráter novo do Estado
 - 2.3. Globalização: um caminho múltiplo
- III – As crises (des)constitutivas do Estado Democrático de Direito
 - 3.1. As crises: uma retomada rápida
 - 3.2. O Estado Nacional como “locus” de realização dos direitos fundamentais
 - 3.3. A desterritorialização dos espaços
- IV – Interrogações prospectivas (nada contra M. Weber)
 - 4.1. O deslocamento...
 - 4.2. Uma estratégia globalizada para os direitos humanos
- Bibliografia

** Procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Mestre e Doutor em Direito do Estado; Professor da UNISINOS/RS e Professor da UNISC/RS. Autor de: *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais. O Estado e o Direito na Ordem Contemporânea, A Idéia de Direito Social, A Subjetividade do Tempo e Mediação e Arbitragem. Alternativas à Jurisdição!*, *As Crises do Estado e Da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos*(Col. Estado e Constituição) e, com Lenio Streck, *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*, todos pela Livraria do Advogado de Porto Alegre, além de outros trabalhos em livros e revistas especializadas.

I – Considerações Iniciais

Talvez, como José Saramago, deveríamos iniciar – e o fazemos efetivamente – esta incitação dizendo que o mais grave desafio que temos hoje, todos e globalmente, é o de pormos um prato de comida na frente de todas as pessoas, sem nos preocuparmos, a princípio, se elas irão simplesmente devorá-lo insensivelmente ou, ao contrário, irão saboreá-lo, tirando todos os sabores possíveis do ato de comer. Digo isso porque *comer*, para uma grande parte dos seres humanos, ainda hoje, tem o sentido apenas de manter as forças físicas suficientes para “estar de pé”, não havendo espaço para interrogar-se acerca das artes e prazeres da culinária.

Por outro lado, para aqueles poucos que comem, este ato está se tornando mais uma prática globalizada, homogeneizada e descaracterizada como ato simbólico e apaixonado de vida. A *macdonaldização* do ato de comer levou a uma pasteurização dos sabores e do próprio ato de comer muito adequada aos padrões uniformes pretendidos pelos modelos globais de vida em conformidade com um *padrão único de ser-estar no mundo*. É o *fast food* que “permite” ao homem acompanhar, com o estômago, a lógica de uma sociedade cuja referência é a domesticação selvagem do ser humano. Todavia, em muitos lugares, de novo dentre aqueles poucos que comem, tem-se constituído uma contra-corrente que pretende manter ou recuperar uma relação lúdica com a comida, onde o ato de comer seja não uma aventura incerta e sequer apenas um ato pasteurizado de ingestão de rações diárias de sabor duvidoso. São os movimentos do *slow food*.

Mas, e o que tem isso a ver com a temática dos direitos fundamentais sociais frente à(s) globalização(ões). Tudo, me parece. E é o que pretendo propor-lhes ao longo desta conversa.

Em primeiro lugar por tratarmos de um tema que expressa de maneira fulcral o conteúdo dos chamados direitos fundamentais sociais contido no pressuposto básico da *dignidade da pessoa humana*, princípio fundante do nominado *Estado Democrático de Direito*.

Em segundo lugar porque nos permite o mote para refletirmos esta temática a partir de um pressuposto que pretendemos apresentar a seguir, qual seja o de que não há apenas uma globalização e sequer, de outra banda, há o que alguns pretendem, o fim da história, das ideologias, instaurando-se em definitivo um modelo homogêneo de ser/estar no mundo. Ou seja, ao lado dos aspectos perversos e, eventualmente, hegemônicos de um determinado projeto global, vemos instaurar-se espaços de autonomização que permitem reapropriações de sentidos autônomos e diferentes de vida.

Todavia, continua impaga nossa primeira dívida: dar comida a todos. Talvez esta seja enfim a maior causa global.

É, assim, com esse pano de fundo e com esta ilustração que pretendo propor, nas linhas que seguem, não uma liturgia missionária, mas uma reflexão acadêmica comprometida com uma intenção concretizadora dos direitos humanos – todos eles – como um projeto – ou uma dívida – global/universal que se expressa em todos os lugares ao mesmo tempo.

Portanto, pensar as possibilidades práticas para os direitos humanos, em especial no que se refere aos sociais nos coloca, no contexto de uma sociedade globalizada, questões que se impõem como inafastáveis, bem como implicam em

que as tratemos como inseridas em um rol de possibilidades que vai muito além daquele de pretendemos um apego tradicional às estratégias, fórmulas e instituições com as quais operamos, bem como implica em um certo desapego a uma leitura que se apresenta, tal qual a do projeto econômico-capitalista global, reticente/alheia/xenófoba às potencialidades que se abrem a partir de um contexto de universalização das pretensões e estratégias.

Dentre as tantas questões que se apresentam tencionamos apontar – não mais do que isso – algumas daquelas que cremos ser das mais significativas para os operadores do Direito, sem negar a ocorrência de tantas outras.

Optamos, assim, por refletir, ao longo do texto, alguns tópicos que digam com as condições de torná-los usufruíveis. Não há, por óbvio, como se esquivar da análise de uma tentativa de implementação dos direitos humanos tendo como cenário o espectro da globalização do universo das relações sócio-econômicas e seus corolários, sobretudo quando visamos instrumentalizar para isso as práticas jurídicas.

Adotamos como estratégia operacional a de discorrer topicamente sobre os diversos aspectos que tocam esta temática, sem que isso implique rupturas ao longo do texto mas, apenas, um mecanismo metodológico que viabilize a compreensão das posições adotadas. Em especial vamos tentar sustentar, ao final, uma leitura que dialogue com a idéia de que, tendo como pressuposto o déficit original no que diz com os direitos sociais – e não só com eles -, entenda o atual contexto histórico como uma potencialidade comprometida com a concretização dos direitos fundamentais e que temos uma multiplicidade de lugares onde se mostram práticas que apontam para isso, sem descurmarmos também dos limites e restrições que um modelo hegemônico de globalização impõe a esta pretensão.

Ou seja, há um “embate” dialético entre inclusão/exclusão, negação/afirmação, concretização/desconstrução, confirmação/desconfirmação, etc.

Enfim, a partida não está terminada, muito embora nos sintamos, muitas vezes – e com razão -, perdendo já com boa parte do tempo de jogo decorrido. Entretanto, estes são os limites a que nos propomos, refletindo uma leitura possível, ao que nos parece, estruturada em três momentos.

O primeiro que retoma e ordena os conceitos centrais deste debate – direitos humanos, Estado Democrático de Direito e globalização -, pretendendo apenas apontar uma caracterização instrumental para este momento.

O segundo apropria uma discussão que temos feito insistentemente quanto às crises que afetam o Estado enquanto instituição da modernidade e desde o seu (re)desenho contemporâneo.

Por fim, pretendemos sugerir algumas reflexões, fazendo incidir a co-implicação entre o primeiro e segundo momento, apontando para as possibilidades de ruptura e reconstrução dos espaços e práticas humanitárias.

II – Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito e Globalização

2.1. Direitos Humanos: ponto de vista tradicional

A preocupação com o tema dos direitos humanos está presente desde há muito tempo nos trabalhos jurídicos daqueles que somos preocupados com a qualificação da vida quotidiana dos indivíduos, dos grupos sociais, da humanidade e de todos os seres que habitam o planeta.

De notar que, na modernidade, pelo menos, a história dos direitos humanos está intrinsecamente conectada com aquela do Estado e de suas apresentações, sobretudo desde a passagem da fórmula absolutista para a liberal clássica, nos idos dos anos 1700/1800¹.

Como diz José Antonio López García, (...)una buena manera de estudiar los Derechos humanos, al menos desde el siglo XIX hasta nuestros días, consiste en verlos en conexión con la historia del Estado Moderno², e, agregaríamos, hoje, com suas crises.

Dessa forma é que inúmeros juristas, como também sociólogos, politólogos, filósofos, etc..., além daqueles que buscamos construir uma visão transdisciplinar da temática que nos move, bem como agentes sociais engajados na luta por sua efetivação, consolidação e ampliação, vêm desenvolvendo pesquisas e projetos, tentando, a todo o momento, constituir um saber e práticas mais apuradas, além de um discurso garantidor da eficácia e efetividade dos conteúdos próprios – tradicionais ou inovadores – aos direitos humanos, ao lado de uma busca incessante por práticas concretizadoras, além da tentativa permanente de tornar o compromisso com os direitos humanos um “**valor universal**”, como pretendemos apontar adiante.

Deve-se ter presente que tais questionamentos devem acompanhar não apenas as transformações que se operam nos conteúdos tidos como próprios dos direitos humanos – e aqui observamos que, como adverte Norberto Bobbio em seu “A Era dos Direitos”, assim como o nosso anfitrião Ingo Sarlet, em seu A Eficácia dos Direitos Fundamentais, os direitos humanos não nascem todos de uma vez, eles são históricos e se formulam quando e como as circunstâncias sócio-histórico-políticas são propícias ou referem a inexorabilidade do reconhecimento de novos conteúdos – como também a necessidade que temos de dar-lhes efetividade prática, podendo-se agregar, ainda, com José Eduardo Faria³, a idéia de que

¹ Não queremos dizer com isso que a história dos direitos humanos, e a luta por sua concretização, tenha se iniciado neste período. Há um longo caminho percorrido até este momento. Todavia, para fins deste trabalho, esta “pré-história” não afeta a sua formatação e argumentação, apesar da importância central que tem para a compreensão mesma deste tema.

² Ver: GARCÍA, José Antonio López. *Los Derechos: entre la ética, el poder y el derecho*. In: GARCÍA, José Antonio López e REAL, J. Alberto del(eds.). *Los Derechos: entre la ética, el poder y el derecho*. P. 26

³ José Eduardo Faria – *Direitos Humanos e Globalização Econômica. Notas para uma discussão*. Tal postura não pode significar que as demais funções do Estado não tenham nenhum tipo

às diversas gerações pode-se atrelar o **maior compromisso de uma das funções do Estado** – à **cidadania civil e política** (1ª geração) atrelava-se, de regra, a **ação legislativa** pois bastaria o seu reconhecimento legal para a sua concreção por tratarem-se de liberdades negativas cuja intenção privilegia o caráter de não-impedimento das ações por parte do Estado; à **cidadania social e econômica** (2ª geração), a **ação executiva através de prestações públicas**, implicando em necessárias ações políticas promocionais; à **cidadania pós-material** (3ª geração), a **ação jurisdicional** em sentido amplo, garantindo a efetividade de seus conteúdos, através de **uma atitude hermenêutica positiva e concretizante** dos conteúdos constitucionalizados.⁴

Há, ainda, quem os identifique por intermédio do valor privilegiado em seus conteúdos. Assim, teríamos os direitos de **liberdade**, os de **igualdade** e os de **solidariedade/fraternidade**, acompanhando as diversas gerações como acima explicitadas.

Ao final, pode-se dizer que os direitos humanos são **universais** e, cada vez mais se projetam no sentido de seu **alargamento objetivo e subjetivo**, mantendo seu caráter de temporalidade. São **históricos**, não definitivos, exigindo a todo o instante não apenas o reconhecimento de situações novas, como também a moldagem de novos instrumentos de resguardo e efetivação de situações já consolidadas. Preferimos dizer que se **generalizam** – ou difundem – na medida em que sob as gerações atuais observamos, muitas vezes, um aprofundamento subjetivo, a transformação ou a renovação (e.g. função social) dos conteúdos albergados sob o manto dos direitos fundamentais de gerações anteriores, além da especificação de novas dimensões⁵. Ou seja, da 1ª geração com interesses de perfil individual passamos a, na(s) última(s), transcender o indivíduo como sujeito dos interesses reconhecidos, sem desconsiderá-lo, obviamente⁶ - coletivos e difusos.

de comprometimento na medida em que, e.g., o desrespeito a qualquer deles enseja a utilização de remédios procedimentais construídos para dar conta destas situações, tais como o Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção. Ação Civil Pública, Ação Popular, etc...

⁴ É de ver que não há, também neste aspecto, uma uniformidade conceitual, podendo-se referir autores que multiplicam as gerações de direitos humanos, a partir de concepções primárias díspares, bem como da emergência de novas circunstâncias que dizem respeito à existência dos seres no planeta.

⁵ No âmbito deste trabalho é suficiente adotarmos uma distinção simplificada para entendermos os direitos fundamentais como sendo o catálogo positivado dos direitos humanos em uma certa ordem jurídica, o que, ao mesmo tempo que os identifica, pode diferenciá-los em razão da extensão quantitativa de uns e de outros. Ver adiante a questão da dialética entre internacionalização dos direitos humanos e constitucionalização do direito internacional.

⁶ Assim é que se pode falar, nos dias que passam, de uma multiplicação de gerações em razão de novos conteúdos próprios ao universo dos direitos humanos, tais como aquelas relacionadas com as questões ambientais, a paz, o desenvolvimento e, mais recentemente, aquelas ligadas à pesquisa genética - que dá origem a um novo ramo do direito, reconhecido como o biodireito - e à cibernética, o que só confirma a hipótese bobbiana da historicidade destas matérias, bem como de uma certa independência de umas em relação a outras na medida em que o aparecimento de uma nova geração não implica o desaparecimento de alguma

O que se percebe nesta seara é que muito dos conteúdos básicos em muitos lugares sequer foi implementado ou muitos são sonegados e ao mesmo tempo precisamos dar conta de situações novas cada vez mais complexas, impondo-se ao jurista uma formação qualificada que lhe permita enfrentar competentemente os conflitos surgidos neste meio, sem esquecer o fundamental que são as estratégias próprias ao **Estado de Direito** como **Estado Democrático de Direito**⁷ - ver, abaixo, o item 2.2. -, assim como os enfrentamentos a que estamos sujeitos em tempos de globalização neoliberal(capitalista) e seus reflexos de reforma do Estado, flexibilização, etc., como veremos na sequência deste trabalho.

Pode-se dizer, então, que:

Los Derechos humanos expresan así aquello que es natural, común o universal a todos los individuos. Constituyen una construcción teórica (principalmente teórico-jurídica) basada en un modelo de sujeto (de Derecho) que se abstrae de las particularidades jurídicamente irrelevantes de cada cual para señalar las similitudes relevantes de todos.⁸

Resumidamente poderíamos dizer, então, que os direitos humanos, como **conjunto de valores históricos básicos e fundamentais, que dizem respeito à vida digna jurídico-político-psíquico-físico-econômica e afetiva dos seres e de seu habitat, tanto daqueles do presente quanto daqueles do porvir, surgem sempre como condição fundante da vida, impondo aos agentes político-jurídico-econômico-sociais a tarefa de agirem no sentido de permitir e viabilizar que a todos seja consignada a possibilidade de usufruí-los em benefício próprio e comum ao mesmo tempo.**

Assim como os direitos humanos se dirigem a todos, o compromisso com sua concretização caracteriza tarefa de todos, em um comprometimento comum com a dignidade comum.

2.2. Estado Democrático de Direito: o caráter novo do Estado

O **Estado Democrático de Direito** tem um conteúdo transformador da realidade, não se restringindo, como o Estado Social de Direito, a uma adaptação *melhorada* das condições sociais de existência. Assim, o seu conteúdo ultra-

das precedentes, embora possa redefiní-la, como já expresse. A este respeito ver nosso *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais. O Estado e o Direito na ordem contemporânea*.

⁷ Ver art. 1º da CFB/88. Sobre o conceito de Estado Democrático de Direito ver: BOLZAN DE MORAIS, *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais*, em especial capítulo I. Da mesma forma ver: BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis e STRECK, Lenio Luiz. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*.

⁸ Ver: GARCÍA, José Antonio López. *Los Derechos: entre la ética, el poder y el derecho*. In: GARCÍA, op. cit., p. 22.

passa o aspecto material de concretização de uma vida digna ao homem e, passa a agir simbolicamente como fomentador da participação pública quando o *democrático qualifica o Estado, o que irradia os valores da democracia sobre todos os seus elementos constitutivos e, pois, também sobre a ordem jurídica*. E mais, a idéia de democracia contém e implica, necessariamente, a questão da solução do problema das condições materiais de existência.

Com efeito, são *princípios* do Estado Democrático de Direito: **A** - *Constitucionalidade*: vinculação do Estado Democrático de Direito à uma Constituição como instrumento básico de garantia jurídica; **B** - *Organização Democrática da Sociedade*; **C** - *Sistema de direitos fundamentais individuais e coletivos*, seja como *Estado de distância*, porque os direitos fundamentais asseguram ao homem uma autonomia perante os poderes públicos, seja como um *Estado antropologicamente amigo* pois respeita a dignidade da pessoa humana e empenha-se na defesa e garantia da liberdade, da justiça e da solidariedade; **D** - *Justiça Social* como mecanismos corretivos das desigualdades; **E** - *Igualdade* não apenas como possibilidade formal mas, também, como articulação de uma sociedade justa; **F** - *Divisão de Poderes ou de Funções*; **G** - *Legalidade* que aparece como *medida do direito, isto é, através de um meio de ordenação racional, vinculativamente prescritivo, de regras, formas e procedimentos que excluem o arbítrio e a prepotência*; **H** - *Segurança e Certeza Jurídicas*.

Assim, o Estado Democrático de Direito teria a característica de *ultrapassar* não só a formulação do Estado Liberal de Direito, como também a do Estado Social de Direito - vinculado ao *welfare state* neocapitalista - impondo à ordem jurídica e à atividade estatal um conteúdo utópico de *transformação da realidade*.

Dito de outro modo, o Estado Democrático é plus normativo em relação às formulações anteriores. Vê-se que a novidade que apresenta o Estado Democrático de Direito é muito mais em um sentido teleológico de sua normatividade do que nos instrumentos utilizados ou mesmo na maioria de seus conteúdos, os quais vêm sendo construídos de alguma data.

Como sustentamos, o Estado Democrático de Direito carrega em si um caráter transgressor que implica agregar o feito incerto da Democracia ao Direito, impondo um caráter reestruturador à sociedade e, revelando uma contradição fundamental com a juridicidade liberal a partir da reconstrução de seus primados básicos de certeza e segurança jurídicas, para adaptá-los a uma ordenação jurídica voltada para a garantia/implementação do futuro, e não para a conservação do passado. Neste sentido, pode-se dizer que, no Estado Democrático de Direito, há um sensível deslocamento da esfera de tensão do Poder Executivo e do Poder Legislativo para o Poder Judiciário⁹.

Neste sentido, é preciso ter presente que o Estado Democrático de Direito deve romper, e o faz efetivamente, com a tensão entre autonomização e

⁹ Neste sentido ver nosso, com Lenio Streck, *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*, 2ª ed., p. 98. Também ver: STRECK, Lenio. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica. Uma nova crítica do Direito*.

amoldamento que caracterizou/za muitas experiências do Estado Social – tomado este conceito, aqui, em sentido amplo, para abranger todas as experiências tidas ao longo, em particular, do século XX -. Ou seja, o Estado Democrático de Direito não pode se fazer à custa do amoldamento da subjetividade individual, através de estruturas compensatórias de promoção clientelística do consumo, por intermédio de um efeito duplo de proteção e normalização de condutas. Ou seja: o Estado Democrático de Direito deve romper com aquilo que poderíamos nominar, com J. Habermas “colonização do mundo da vida”¹⁰

2.4.Globalização: um caminho múltiplo

Para entendermos o fenômeno da globalização talvez fosse necessário, em primeiro lugar caracterizarmos a sua identidade singular ou plural. De fato temos uma ou várias globalizações ou temos uma globalização que se espalha por diversos (todos) os setores da vida (?).

Nesta esteira poderíamos tentar, em um primeiro aporte, entendê-la como algo que expressa um contexto de maximização das interconexões, as quais se estabelecem não mais no interior de espaços ou temas restritos mas, ao contrário, projetam-se ao infinito.

Todavia, diante da complexidade do tema, podemos adotar aqui uma “idéia” apenas, no sentido de que a *globalização muda, assim, nossa relação com o espaço – que se amplia – e com o tempo – que se acelera*, o que deve conduzir a que evitemos vê-la *sob o ângulo exclusivo de um processo de homogeneização* ou *reter dela somente fatores de heterogeneidade* ou, ainda, tentar compreendê-la a partir da *dialética da globalização e da fragmentação recorrendo a fórmulas de efeito, fundadas, por exemplo, na oposição McWorld versus Jihad*¹¹.

Talvez, e é o que pretendemos apontar, devamos perceber o fenômeno globalização como não restrito às estratégias do capitalismo financeiro mas, desde a perspectiva de que *não é um estado e sim um processo radicalmente incerto e ambivalente* que se projeta por sobre os mais variados aspectos da vida e que ao mesmo tempo em que rompe com os lugares tradicionais da economia, da política, das relações e práticas sociais implica em uma imbricação entre os diversos lugares em que tais ocorrem, multiplicando *de maneira simultânea e superposta fenômenos de homogeneização, localismo, desterritorialização, renacionalização e fragmentação das identidades coletivas, o que as torna multifacetadas, fluidas, ambíguas e em profundo processo de transformação* (Gómes, p. 67)

Assim, neste espectro, *a globalização não deve ser equacionada exclusivamente como um fenômeno econômico ou como um processo único, mas como uma mistura complexa de processos frequentemente contraditórios, produ-*

¹⁰ Ver, sobre o tema o nosso *A Subjetividade do Tempo*, em particular o capítulo terceiro, sem contudo não deixar de considerar a dinâmica sofrida pelos conteúdos ali expressos. De Habermas, ver o seu *Teoría de la Acción Comunicativa*.

¹¹ Ver: Laïdi, Z. *La Mondialisation ou la Radicalisation de l'Incertitude*, apud Gómes, José María, op. Cit., pp. 55-56

tores de conflitos e de novas formas de estratificação e poder, que interpela fortemente subjetividades e tradições, exigindo maior reflexividade na ação diante do incremento da complexidade e da incerteza, e que diz respeito não apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também às mudanças nos contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. (Gómes p. 59)

III – As crises (des)constitutivas do Estado Democrático de Direito¹²

3.1. As crises: uma retomada rápida

Há algum tempo vimos sustentando que o Estado Nacional, com suas características da modernidade, em especial sua sustentabilidade em um poder supremo e incontrastável – como soberania –, sua organização sob a lógica da especialização de funções exclusivas(excludentes), sua conformação sob uma ordem jurídica consolidada constitucionalmente – Estado Constitucional – e sua projeção como o sustentáculo de padrões mínimos de sobrevivência e agente superior de regulação e formatação social, tem perdido, para dizer o menos, sua centralidade como instância de referência.

São, estes aspectos, aquilo que chamamos: crise conceitual, crise funcional, crise institucional(constitucional), crise estrutural, respectivamente, sem pretender desconsiderar os vínculos que as unificam.

Isto reflete o que alguns apontam como *neofeudalismo*, outros sustentam a necessidade de praticar-se uma *reforma* que vise a adequação da instituição Estado a um novo contexto de relações econômico-políticas e outros, ainda, que sugerem a necessidade de se retomar as bases de sustentação da idéia mesma de Estado para produzir-se uma *refundação* que permita recuperar suas referências legitimantes perdidas.

Desde tempos vimos percebendo, pelos mais variados fatores, a corrosão da instituição estatal como tal e vendo surgir algo que poderíamos nominar provisoriamente como um **espaço concorrencial de ação**, onde de variados lugares vemos partir estratégias decisórias que se confrontam na busca de supremacia.

3.2. O Estado Nacional como “locus” de/para realização dos direitos fundamentais

Diante disso é preciso que reflitamos acerca das possibilidades dos direitos humanos dado, como se disse anteriormente, seus vínculos intrínsecos com o Estado.

¹² Para uma revisão mais ampla deste tema ver o nosso *Revisitando o Estado! Da crise conceitual à crise institucional(constitucional)*, in Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, 2000, p. 69 e ss.

Se retomamos os vínculos, sugeridos por Jose Eduardo Faria, das diversas gerações de direitos humanos com uma das funções do Estado, percebemos o quão é importante, diante do quadro de esfacelamento da autoridade pública, a figura do Estado como instância de referência para a produção, salvaguarda e concretização dos direitos humanos

Assim, sob o prisma da **concretização pelo/através do Estado** é preciso verificar-se o papel do ente público estatal para que se obtenha o máximo de efetividade, assim como o máximo de adequação dos conteúdos que lhe são próprios.

Por evidente que a ação pública estatal deverá incluir não apenas o reconhecimento a **nível legislativo** expresso ou implícito – através de uma *cláusula constitucional aberta* - (vide art. 5º da CFB/88) - que, como visto tem serventia fundamental no âmbito das *liberdades negativas*, mas é insuficiente já na seara dos direitos sociais, econômicos e culturais, como uma produção legislativa ordinária de caráter implementante da norma superior.

Quando tratamos das *liberdades positivas*, a essa ação do legislador – pela regulação da previsão constitucional – é imprescindível que se agregue uma atuação promotora dos mesmos, a qual se funda em geral na **ação executiva** do Estado colocando em prática conteúdos reconhecidos pelo direito positivo. Este caráter prestacional se vincula inexoravelmente à implementação dos direitos sociais, econômicos e culturais através da ação política – políticas públicas – estatal.

13

Temos, portanto, um problema ampliado. Um problema de teoria jurídica constitucional que se inicia com a compreensão mesma do perfil das normas que introjetam tais conteúdos e que são apresentados, muitas vezes, apenas como embelezamentos estratégicos e legitimadores da ordem normativa estatal, sem refletirem-se no cotidiano prático do cidadão, impondo-se que reflitamos acerca das ditas *normas programáticas* e de sua *concretização* sustentada na idéia de *ótima concretização da norma*, assentada em princípios tais como o da *unidade constitucional*, *concordância prática*, *exatidão funcional*, *efeito integrador* e *força normativa da Constituição*(*máxima efetividade*), como explicita Konrad Hesse¹⁴. Portanto, a implementação dos conteúdos de direitos humanos, em particular os *positivos*, implicam na necessária compreensão da *ação jurídica* fundamentada

¹³ A respeito ver, do autor, *As Crises do Estado Contemporâneo*, in América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado. Portanto, quanto à implementação dos conteúdos desta geração de direitos humanos é inafastável a necessária compreensão dos contornos próprios às crises do Estado Contemporâneo, nos seus aspectos conceituais (em particular o problema da soberania) e estruturais (no que diz com os problemas financeiros, ideológicos e filosóficos do *Welfare state*

¹⁴ Ver o seu *A Força Normativa da Constituição*. Para o trato da questão hermenêutica ver *Hermenêutica Jurídica (em)Crise*, de Lenio Luis Streck.

em uma *prática comprometida e assente em uma teoria engajada*, onde a Constituição não seja percebida exclusivamente como uma *folha de papel*¹⁵.

De outro lado, é preciso, ainda, que se pense a concretização dos direitos humanos a partir do **prisma da jurisdição**, atribuindo-lhe expressão fundamental quando estejamos frente aos direitos de terceira geração, o que não a afasta da problemática ora enfrentada.¹⁶

Esta refere, ainda, a necessidade de que, para além da compreensão do tema, façamos uma *utilização dos instrumentos procedimentais* para fazer valer os seus conteúdos, apropriando-nos do que o próprio texto constitucional coloca à disposição do cidadão. Assim, em *situações individuais* temos o *habeas corpus*, o *habeas data* e o *mandado de segurança*; para *situações coletivas* temos o *mandado de segurança coletivo*; para as situações que envolvem *interesses difusos* temos a *ação popular*, a *ação civil pública*, além de devermos considerar as possibilidades postas pelo *mandado de injunção* e *ação direta de inconstitucionalidade por omissão*.

Por óbvio que não se trata de tarefa fácil, em quaisquer dos aspectos acima expressos, particularmente quando tomamos como pano de fundo o Estado Contemporâneo e sua conformação e o caráter da formação jurídica dos atores envolvidos. Ou seja: o cenário que dispomos nos conduz a circunstâncias complicadoras das já difíceis tarefas que temos.

É preciso que saibamos que a Constituição como documento jurídico-político está imersa neste jogo de tensões e de poderes, mas é indispensável que tenhamos presente, os que militamos no direito constitucional e nos direitos humanos, também, que a Constituição não é programa de governo, ao contrário são os programas de governo que precisam se constitucionalizar¹⁷.

Mas como nos restringirmos ao debate acerca da concretização dos direitos humanos, em particular os sociais, através do Estado se aceitarmos a refe-

¹⁵ Ver Ferdinand Lassale, *Que é uma Constituição*, passim.

¹⁶ Se pensarmos, nos limites deste trabalho, a função da jurisdição em uma perspectiva ampliada, que inclua não apenas a ação do agente público encarregado das atribuições afetas à função pública estatal, mas incorporando algo que poderíamos denominar como uma *prática jurídica comprometida* que congregue todos os operadores jurídicos, poderíamos refletir, aqui, acerca da necessidade de, com o alargamento e aprofundamento dos catálogos de direitos humanos, enfrentarmos o problema de *como tornar tais conteúdos usufruíveis pelos cidadãos*.

¹⁷ Tal debate envolveria, ainda, um discurso competente acerca da *mutação constitucional* e do *controle de constitucionalidade*, os quais afetam indelevelmente o problema da concretização dos direitos humanos. Ver: BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis. *Constituição ou Barbárie. Perspectivas constitucionais*. IN SARLET, Ingo. **A Constituição Concretizada**.

rência anterior quando refere o papel apenas contingente do Estado nos dias atuais.

É preciso, assim, que reflitamos acerca deste processo, o que podemos tentar sistematizar como um processo de *desterritorialização dos espaços*.

3.3. A desterritorialização dos espaços

Para avançarmos, portanto, é necessário que tentemos atribuir um sentido ao conteúdo contido por esta locução *desterritorialização*.

O que pretendemos sugerir aqui é que de alguma forma a modernidade político-institucional se sustentou, ao longo de sua história, sobre uma base geográfica territorial que permitiu, ao mesmo tempo, estabelecer identidades locais e diferenças. Ou seja, o território serviu para, através de seus limites, constituir características, direitos e acessibilidades ao mesmo tempo em que, conjugado com a idéia de soberania, impermeabilizava o interno diante do externo(estrangeiro).

Todavia, esta noção parece indicada ao desaparecimento ou a uma necessária reconstrução, em especial se considerarmos o impacto estrondoso da(s) globalização(ões) que desestabiliza (...) *as fundações políticas da ordem de Vestfália* e mina (...) *a correspondência histórica e analítica entre a democracia política e o Estado-nação soberano*, como diz José María Gómez¹⁸.

O que se tem aqui é que *as questões e categorias centrais da teoria e prática da democracia contemporânea resultam indissociáveis da figura do Estado-nação: o consenso e a legitimidade do poder político; a base político-territorial do processo político; a responsabilidade das decisões políticas; a forma e o alcance da participação política; e até o próprio papel do Estado-nação como garante institucional dos direitos e deveres dos cidadãos e os processos em curso de globalização estão desafiando as fundações e princípios políticos do Estado-nação e da ordem de Vestfália e, por extensão, da própria democracia e cidadania*¹⁹

Diante disso, como é possível enfrentar o desafio de “dar conta” dos direitos humanos?

IV – Interrogações prospectivas (nada contra Max Weber)

Assim, a importância do debate acerca dos Direitos Humanos, parece-nos deve ser percebida, no *âmbito do Direito*, pelo necessário reconhecimento e

¹⁸ Ver, do autor, *Política e Democracia em tempos de globalização*, pp. 62-63.

¹⁹ Id. Ibid., pp. 52-53

proteção através de garantias suficientes e eficientes; no *âmbito da Política*, pelo seu acatamento, respeito e promoção; e, no *âmbito da Sociedade Civil*, pelo apego aos seus conteúdos já consolidados e pela busca de salvaguardas aos novos desafios, além da moldagem de estratégias sociais de proteção e promoção independentes daquelas postas à disposição pelo Direito Positivo.

Tal se apresenta não apenas em razão de sua constante ampliação, com também, do freqüente desrespeito de que são objeto.

Portanto, de que adianta retomar o tema dos Direitos Humanos e sua implementação, a partir de uma estratégia constitucional e de hermenêutica de suas disposições, para consolidarmos e ampliarmos o seu catálogo, os mecanismos procedimentais e as instâncias de proteção dos mesmos se, diante do atual quadro de *crise das instituições públicas* – crise do espaço público, da democracia, do Estado enquanto tal, etc... – as instâncias de regulação social – como é o caso do Direito – estão se enfraquecendo ou, pior, desaparecendo, como espaços públicos de apelo, em especial frente a estruturas e estratégias pára-estatais e mercadológicas?

Não basta, neste espectro, que nos restrinjamos ao debate jurídico-positivo acerca do tema enfrentado, se não tivermos presente que o seu “sucesso” – efetividade – não depende unicamente de seu reforço por mecanismos jurídicos, posto que estes, muitas vezes, se esfacelam perante o estabelecimento de um espaço “público” privatizado ou paralelo.

Deve-se, por outro lado, observar uma inevitável correspondência entre os Direitos Humanos e a Democracia, posto que se esta se enfraquece são aqueles os primeiros e principais prejudicados, onde, em muitas situações, se explicita a incapacidade de as instituições democráticas enfrentarem a força não repercute unicamente no âmbito dos Direitos Humanos civis e políticos, mas a todas as suas gerações, fazendo supor, como aponta Renato Janine Ribeiro, de que *somente é legítimo, na política, o regime democrático...* ²⁰

Neste momento é, ainda, relevante que tenhamos presente a inevitável e incontronável **co-implicação** que têm os direitos humanos em suas diversas gerações, o que impõe a percepção de que a dualidade “liberdades positivas/liberdades negativas” tem apenas um valor didático, posto que não podemos percebê-las como instâncias independentes.

4.1. O deslocamento...

De outra banda seria preciso pensar a questão da **concretização dos direitos humanos a partir de uma perspectiva social**, para o quê apenas faremos menção.

²⁰ Ver do autor: *Primazias da Democracia*, in Folha de São Paulo, Caderno Mais, p. 5-13, 13.07.97. Para ele: *Este valor ético da democracia faz com que os direitos que a constituem tenham primazia sobre todos os outros direitos possíveis do homem. Aliás, nosso tempo mostra que tais direitos somente são assegurados quando há o núcleo duro dos direitos democráticos.*

Ou seja: de que estratégias deveriam lançar mão, além daquelas já apontadas, os atores sociais para verem materializadas as *políticas humanitárias* erigidas ou não – uma vez que poderiam agir com o objetivo de verem satisfeitas pretensões novas emergentes de novos contextos e conflitos – como direitos fundamentais.

Por óbvio que as possibilidades de verem satisfeitas tais pretensões pode, nos dias de hoje, ser pensada a partir de uma *dupla via*.

Na primeira, através de pretensões dirigidas à autoridade pública estatal, buscando fazê-los valer desde alguma estratégia positivo/prestacional ou negativa – na dependência do conteúdo da pretensão – por parte do Estado, de suas funções, de suas agências ou agentes.

Na segunda, poder-se-ia supor um processo de *autonomização social* – o que não significa adoção de uma matriz (neo)liberal/capitalista – que conduziu a uma apropriação coletiva das *incumbências* necessárias à efetivação de tais conteúdos. Tal efetivação dar-se-ia, então, a partir de um comprometimento coletivo pelo bem-estar comum, desde a assunção de tarefas sociais no próprio âmbito da sociedade e pelos atores sociais os mais diversos, independizando-se de amarras, muitas vezes, intransponíveis, próprias às características estruturais do Estado Contemporâneo, como Estado do Bem-Estar Social em suas diversas experimentações práticas.

Aqui e dessa forma poder-se-ia incluir diversas experiências que vão desde uma “*flexibilização*” *participativa* da democracia representativa até a implementação mesma de *políticas públicas autônomas* que “rompem” ideologicamente com o caráter transferencial adrede ao modelo representativo.

4.2. Uma estratégia globalizada para os direitos humanos

Ao final, e estrategicamente, é preciso que saibamos, mesmo imersos neste contexto crítico, tirar o proveito possível dos conteúdos e procedimentos constitucionais positivados.

Neste quadro de idéias, não podemos nos furtar ao enfrentamento deste tema se quisermos dar vazão, com um certo grau de eficácia, à necessária constitucionalização do cotidiano, tendo como pressuposto que, como diz Paulo Bonavides, *fora da Constituição não há instrumento nem meio que afiance a sobrevivência democrática das instituições*.²¹

Partindo deste pressuposto quisemos sugerir uma leitura que projete um ponto de vista que parte da contradição entre dois projetos distintos para aquilo que pretendemos nominar – em outro momento - de um **projeto mundial com exequibilidade local**. Assim, desde logo poderíamos adiantar que se fosse-

²¹ Ver: BONAVIDES, Paulo. *Do País Constitucional ao País Neocolonial*, p. 13

mos titulares de uma resposta à interrogação suscitada pelo tema enfrentado, seríamos tentados a dizer que a **globalização em seu sentido estrito, como projeto econômico hegemônico, unilateral** e, por conseqüência, **uniformisante**, aparece como uma **perversa farsa que impõe um padrão único e totalizante** - para sermos eufemísticos - **de condutas**.

Por outro lado, se pensarmos a globalização – em uma perspectiva de **universalização diferenciada** - não enquanto tal, mas como um **projeto civilizatório**²² que conjuga uma perspectiva universal que se constrói em **escala mundial e se concretiza no plano local** a partir de **padrões compartilhados do justo** seríamos conduzidos a dizer que estaríamos, então, diante de uma **inevitabilidade** se quisermos construir uma sociedade justa e solidária, sob a paz perpétua kantiana necessária à medida em que se apresenta o que Habermas nomina de *globalização dos riscos*²³.

Quem sabe poder-se-ia falar, a partir da lógica humanitária, em um **pensamento universal democrático** que *ne tend pas à la diffusion d'un modèle unique, à partir d'un point unique, mais plutôt à l'émergence en divers points d'une même volonté de reconnaître des droits communs à tous les êtres humains*²⁴, harmonizando e não unificando posições, permitindo-se uma certa perenidade da experiência constitucional como projeto de cultura comprometido com o presente e o futuro.²⁵

Ou seja, é necessário que percebamos que o **espaço da democracia**, em razão de um processo conjunto de **desterritorialização e reterritorialização** conseqüente da complexidade das relações contemporâneas, se multiplica, **não ficando mais restrito aos limites geográficos do Estado Nação, mas incluindo o espaço internacional, comunitário, além das experiências locais** – como, e.g., no caso dos projetos de democracia participativa.

Isto faz com que a própria noção de **cidadania** seja revisitada, não apenas em seus conteúdos – mas, e particularmente, em seus espaços de expressão, embora hoje prevaleça, ainda, *uma noção de cidadania identificada com um elenco conhecido de liberdades civis e políticas, assim como de instituições e comportamentos políticos altamente padronizados, que possibilitam a participa-*

²² Ver: HÄBERLE, Peter. *Libertad, Igualdad, Fraternidad. 1789 como historia, actualidad y futuro del Estado Constitucional*. Madrid: Trotta. 1998.

²³ Ver: HABERMAS, Jürgen. *La Paix Perpétuelle, le bicentenaire d'une Idée Kantienne*, p. 74

²⁴ Ver: DELMAS-MARTY, Mireille. Op. cit., p. 25.

²⁵ *No es la Constitución sólo un texto jurídico o un entramado de reglas normativas sino también expresión de una situación cultural dinámica, medio de la autorepresentación cultural de un pueblo, espejo de su legado cultural y fundamento de sus esperanzas*. In: HÄBERLE, Peter, *Libertad, Igualdad, Fraternidad*, p. 46.

*ção formal dos membros de uma comunidade política nacional, especialmente na escolha de autoridades que ocupam os mais elevados cargos e funções de governo*²⁶, estando, também ela, indissociável da idéia moderna de **território**.

Tais premissas demonstram a incompatibilidade das noções clássicas de democracia e de cidadania com a **desterritorialização provocada pela globalização**, o que coloca a necessidade de repensarmos o conteúdo e a extensão de tais noções e práticas.

Quanto ao **conteúdo**, é necessário que tenhamos presente que a questão da democracia e da cidadania há muito ultrapassaram o seu viés **político** e ingressaram em outros setores, tais como o **social** – na perspectiva do Estado do Bem-Estar Social – o **gênero**, o **trabalho**, a **escola**, o **consumo**, os **afetos**, as **relações jurídicas e jurisdicionais** – muito embora neste último talvez seja aquele em que ocorra a maior defasagem.

Poderíamos, também, falar de uma cidadania atrelada às gerações de direitos humanos, onde teríamos uma **cidadania da liberdade**, vinculada às liberdades negativas, uma **cidadania da igualdade**, atrelada às liberdades positivas e às prestações públicas e uma **cidadania da fraternidade/solidariedade**, adrede aos novos conteúdos humanitários ambientais, de desenvolvimento sustentável, de paz, etc...

Quanto à **extensão**, é preciso saber conjugar e materializar as práticas e conteúdos da cidadania e da democracia no tradicional **espaço nacional** da modernidade e do Estado Nação, com o **espaço regional/comunitário**, produto das aproximações integracionistas/comunitárias, além de expandi-las para o **espaço supranacional**, seja identificando-o com espaço das relações privadas, seja com o espaço das relações inter-estatais, bem como compartilhar do esforço de forjar um **espaço local/participativo**, onde haja uma transformação radical nas fórmulas das práticas cidadãs e democráticas aproximando e autonomizando autor e sujeito das decisões.

Observa-se, assim, o estabelecimento de uma democracia e de uma cidadania **multifacetadas e multipolarizadas**.

Para além disso, diante deste contexto de complexidade e de busca de concretização para os direitos humanos parece-nos, acompanhando o pensamento de José Maria Gómez, importante pensarmos uma **cidadania cosmopolita** que vá além da simples extensão do conjunto de direitos civis, políticos e sociais e suas respectivas garantias para a seara internacional, **mas** que se constitua em deveres

²⁶ Como diz: GÓMEZ, Jose Maria. *Política e Democracia em Tempos de Globalização*. p. 90.

éticos para com os outros para além das fronteiras geográficas, ideológicas, raciais, culturais, etc...²⁷

Em suma, para tanto é preciso

(...)promover **novas formas de comunidade política e novas concepções de cidadania** que vinculem autoridades e lealdades subestatais, estatais e transnacionais, em um ordenamento mundial alternativo àquele hoje existente. Isto é: de articular um duplo processo de democratização, de fortalecimento mútuo, capaz de aprofundar a democracia no plano doméstico (abrangendo o Estado e a sociedade civil, política e econômica) e, ao mesmo tempo, de impulsionar a ampliação radical de formas e processos democráticos nos âmbitos regional e global (grifos nossos).²⁸

Como diz Gómez:

É preciso construir um **projeto de democracia cosmopolita**, sustentado tanto nas garantias institucionais e normativas que assegurem representação e participação de caráter regional e global, quanto em ações deliberativas e em rede que expandam e adensem uma esfera pública sobre as mais variadas questões relevantes (direitos humanos, paz, justiça distributiva, gênero, biosfera, saúde, etc...)²⁹

Ou seja: não basta mais sermos cidadãos da própria comunidade política. Há **cidadanias múltiplas e diversas** que se exercem em locais, sob formas e conteúdos variados.³⁰

Como se vê, pôr um prato de comida nas mãos de cada um não parece ser tarefa fácil, embora inevitável e imediata, sem que enfrentemos a tensão permanente e intransponível entre uma estratégia econômica excludente e as tarefas incluídas de uma política democrática, alicerçada nos direitos humanos e expressa em um pacto estruturante da sociedade – nacional, regional, local, mundial(?).

²⁷ Id. Ibid., p. 71.

²⁸ Ibidem, p. 135.

²⁹ Gómez, op. cit., p. 138.

³⁰ Id. Ibid., p. 134.

BIBLIOGRAFIA – presentes e silentes

- ABENDROTH, Wolfgang. *El Estado de Derecho Democrático y Social como proyecto político*. In VV.AA. *El Estado Social*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1986
- ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. 11^a ed. São Paulo: Saraiva. 1976
- ALVARENGA, Lucia B. F. *Direitos Humanos, Dignidade e Erradicação da Pobreza*. Brasília: Brasília Jurídica. 1998
- BACHOF, Otto. *Normas Constitucionais Inconstitucionais?* Coimbra: Atlântida Ed. 1977
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Eficácia das Normas Constitucionais Sobre Justiça Social*. Revista de Direito Público, n. 57/58, pp. 233-256, jan/jun 1991
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus. 1992
- _____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. São Paulo: Pólis. 1987
- _____. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- _____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. São Paulo: Pólis. 1987
- BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis. *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais. O Estado e o Direito na ordem contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996
- _____. *A Subjetividade do Tempo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1998.
- _____. *As Crises do Estado Contemporâneo*. In América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996
- _____. *Constituição ou Barbárie*. In SARLET, Ingo W.(Org.). *A Constituição Concretizada*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2000. Pp. 11-24
- _____. *Soberania, Direitos Humanos e Ingerência. Problemas Fundamentais da Ordem Contemporânea*. In O MERCOSUL em Movimento. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1995. Pp130-150
- _____. *Direitos Humanos “globais (universais)!” De todos, em todos os lugares*. In PIOVESAN, Flavia. *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. São Paulo: Malheiros. 2002

BOLZAN DE MORAIS, JL e MORAIS, Eliane Pinheiro de. *Direitos Humanos e Saúde*. Revista O Mundo da Saúde. V. 22, n. 2. Centro Universitário São Camilo. 1998, pp. 81-85

BOLZAN DE MORAIS, JL e STRECK, Lenio. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*. 2^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2001

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros. 1995

_____. *Do País Constitucional ao País Neocolonial*. São Paulo: Malheiros. 1999.

BURDEAU, Georges. HAMON, Francis. TROPER, Michel. *Droit Constitutionnel*. 23^a ed. Paris: LGDJ. 1993

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva. 1991

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina. 1996

_____. *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador*. Coimbra: Coimbra Ed. 1994.

CAPPELLETTI, Mauro. *Formações Sociais e Interesses Coletivos diante da Justiça Civil*. **Revista de Processo**. São Paulo, n. 5, pp. 128-159, 1977

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva. Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2000.

DALLARI, Dalmo de A *Constituição e Constituinte*. São Paulo: Saraiva. 1982

DANTAS, Ivo. *O Valor da Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar. 1996

DELMAS-MARTY. Mireille. *Trois Défis pour un Droit Mondial*. Paris: Seuil. 1998.

DINIZ, Maria Helena. *Norma Constitucional e seus Efeitos*. São Paulo: Saraiva. 1989

FARIA, Jose Eduardo C. O. *Direitos Humanos e Globalização Econômica*. In Revista O Mundo da Saúde, v.22, n. 2, Centro Universitário São Camilo, 1998, pp. 73-80.

_____. *O Direito na Economia Globalizada*. São Paulo: Malheiros. 1999

FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e Raggione. Teoria del garantismo penale*. Roma-Bari: Laterza. 1989

_____. *O Direito como Sistema de Garantias*. In O Novo em Direito e Política. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997

FLORES, Joaquín Herrera e PRIETO, Rafael. *Hacia la Nueva Ciudadanía: consecuencias del uso de una metodología relacional en la reflexión sobre la democracia*. In Revista Crítica Jurídica, n. 17. 2000. Pp. 301-328

GARCÍA, José Antonio López e REAL, J. Alberto del. *Los Derechos: entre la ética, el poder y el derecho*. Madrid: Dykinson. 2000

GARCIA-PELAYO, *Las Transformaciones del Estado Contemporáneo*. 3^a ed. Madrid: Alianza. 1982

GOMES, Luiz Flavio. *A Questão da Obrigatoriedade dos Tratados e Convenções no Brasil: particular enfoque da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Revista dos Tribunais, n. 710, pp. 21-31, dez. 1994

GÓMEZ, Jose Maria. *Política e Democracia em Tempos de Globalização*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP. 2000.

GORDILLO, Jose Luis. *Crítica do “Estado homogêneo universal*. In Revista Crítica Jurídica, n. 17. 2000. Pp. 115-126

HÄBERLE, Peter. *Libertad, Igualdad, Fraternidad. 1789 como historia, actualidad y futuro del Estado Constitucional*. Madrid: Trotta. 1998.

HABERMAS, Jürgen. *La Paix Perpétuelle, le bicentenaire d’une idée kantienne*. Paris: Ed. Du Cerf. 1996.

HESSE, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. Porto Alegre: SAFE. 1991

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes. 1985

LASSALE, Ferdinand. *Que é uma Constituição*. Porto Alegre: Vila Martha Ltda. 1980

LAVIÉ, Humberto Quiroga. *Derecho Constitucional Latinoamericano*. México: UNAM. 1991

LEAL, Rogério Gesta. *Os Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997

_____. *Teoria do Estado, cidadania e poder político na modernidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997

MATTEUCCI, Nicola. *Organización del poder y libertad. Historia del constitucionalismo moderno*. Madrid: Trotta. 1998

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Direitos Humanos provenientes de Tratados: exegese dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Constituição de 1988*. **Revista Jurídica**. N. 278, dez/2000. Pp. 39-61

- MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz de. *O Poder de Celebrar Tratados*. Porto Alegre: SAFE. 1995
- MELLO, Celso D. Albuquerque. *Direito Constitucional Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar. 1994
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Ed. 1996
- OLIVEIRA JR., Jose Alcebíades de (Org.). *O Novo em Direito e Política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997
- PIOVESAN, Flavia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad. 1996
- REMOND-GOUILLOUD, Martine, *Du Droit de Détruire: essai sur le droit de l'environnement*. Paris: PUF, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Primazias da Democracia*. Folha de São Paulo, Mais, 13.07.97
- _____. *Um Adeus à Democracia*. Folha de São Paulo, Mais, p. 5-3, 15/10/95.
- ROIG, Rafael de Asis. *Deberes y Obligaciones en la Constitución*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1991
- ROSANVALON, *La Crise de l'Etat Providence*. Paris: Seuil. 1981
- _____. *La Nouvelle Question Sociale*. Paris: Seuil. 1995
- SANCHEZ, Jose Acosta. *Transformaciones de la Constitución en el Siglo XX. Revista de Estudios Políticos(Nueva Época)*. n. 100, abril-junho-1988. Pp. 57-100
- SANTOS, Boaventura Sousa. *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2000
- SARLET, Ingo W. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1998
- SARLET, Ingo W.(Org.). *O Direito Público em Tempos de Crise. Estudos em homenagem a Ruy Ruben Ruschel* Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1999
- SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional. Como mudam as constituições*. Brasília: UnB. 1996.
- _____. *Elementos de Teoría Política*. Col. Ensayos. Madrid: Alianza. 1999.
- SILVA, Jose Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros. 1999
- SINGER, André. *O Contra-Império Ataca*. **Folha de São Paulo, Caderno Mais**. 24.09.2000. p. 11.
- STRECK, Lenio. *Hermenêutica Jurídica e(m)Crise*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1999
- _____. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2002

SUNDFELD, Carlos Ari e VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direito Global*. São Paulo: Max Limonad. 1999.

TSU, Victor Aiello. *A Nova Soberania*. **Folha de São Paulo, Caderno Mais**, 24.09.2000, p. 6.

VERDÚ, Pablo Lucas. *Teoría de la Constitución como Ciencia Cultural*. 2ª ed. Madrid: Dykinson. 1998

WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito. A Epistemologia Jurídica da Modernidade*. Porto Alegre: SAFE Editor. 1995

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho Dúctil*. 3ª ed. Madrid: Trotta. 1999